

A. I. Nº - 017903.0801/03-7
AUTUADO - NORDESTE COMESTÍVEIS LTDA.
AUTUANTE - GERALDO BRITO NUNES
ORIGEM - INFAZ EUNÁPOLIS
INTERNET - 05. 12. 2003

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0482-04/03

EMENTA: ICMS. 1. CONTA “CAIXA”. SALDO CREDOR. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES MERCANTIS NÃO CONTABILIZADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Saldo credor da conta “Caixa” indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados, decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. 2. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. Infrações comprovadas. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/08/2003, exige ICMS, no valor total de R\$ 17.476,04, em decorrência das seguintes irregularidades:

1. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada por meio de saldo credor de “Caixa”, no valor de R\$ 16.387,68.
2. Omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registradas, no valor de R\$ 1.088,36.

O autuado apresentou defesa, fls. 62/63, impugnando o lançamento tributário com as seguintes alegações:

1. Em referência a Infração 01, o auditor considerou que todas as compras foram a vista, porém o autuado realizou compras a vista e a prazo.
2. Quanto a omissão de saídas de mercadorias apuradas através de entradas não registradas, esclarece que as mesmas encontram-se devidamente registradas no Livro Registro de Entradas de Mercadorias.

Ao finalizar, diz que coloca a disposição da fiscalização os Livros Diário e Registro de Entradas, requerendo que o Auto de Infração seja julgado improcedente.

Na informação fiscal, fls. 66/67, o autuante não acata as alegações defensivas, as quais foram rebatidas com os seguintes argumentos:

1. Diz que o autuado não teve o cuidado de observar no demonstrativo da Auditoria das Disponibilidades – Pagamentos mensais pelas compras 2001, folhas 19 a 58. Em seguida citou como exemplo, a compra efetuada em 24/11/2000, no valor de R\$ 3.648,20 (Nota Fiscal 271 da Dahuer Ind. Ltda), onde o pagamento aparece em janeiro e fevereiro de 2001, conforme consta nas duplicatas. Acrescenta que assinalou com marca texto outros exemplos.
2. Sustenta que os demonstrativos anexos ao Auto de Infração, foram criteriosamente detalhados quanto a data da compra e a data de pagamento, para não deixar dúvidas quanto ao levantamento efetuado nas disponibilidades do autuado, comprovando que o Livro Diário, quando confrontado com o demonstrativo da Auditoria das Disponibilidades, realizados à vista dos documentos e as datas do efetivo pagamento, não tem sustentação nenhuma.
3. Quanto a alegação defensiva de que as notas fiscais encontram-se escrituradas no Livro de Registro de Entrada, o autuado não mencionou o números do livro ou páginas dos alegados lançamentos.

Ao finalizar, requer que o Auto de Infração seja julgado procedente.

VOTO

O presente lançamento exige imposto referente a omissões de saídas de mercadorias tributadas, apuradas por meio de saldos credores na conta “Caixa”, Infração 01 e a omissão de saídas de mercadorias tributáveis, apurada através de entradas de mercadorias não registradas, Infração 02.

Quanto à Infração 01, após analisar os demonstrativos e documentos anexados às fls. 19 a 58 dos autos, constatei que o autuante, com base no Livro Caixa e documentos apresentados pelo contribuinte, efetuou um levantamento do fluxo financeiro do autuado e detectou a ocorrência de saldos credores na conta “Caixa”, em alguns meses no exercício 2001.

Sendo constatado a ocorrência de suprimentos a “Caixa” de origem não comprovada, ou a ocorrência de saldo credor na referida conta, significa dizer que os recursos aplicados nos pagamentos, por não terem respaldo, tiveram a sua origem desconhecida.

Neste sentido, a regra disposta no §4º, do art. 4º, da Lei nº 7.014/96, estabelece que o fato da escrituração indicar saldo credor de caixa, suprimentos a caixa não comprovados ou a manutenção, no passivo, de obrigações já pagas ou inexistentes, bem como a existência de entrada de mercadorias não contabilizadas ou de declaração de vendas pelo contribuinte em valores inferiores às informações fornecidas por instituições financeiras e administradoras de cartões de crédito, autorizam a presunção de omissão de saídas de mercadorias tributáveis sem pagamento do imposto, ressalvada ao contribuinte a prova da improcedência da presunção.

Trata-se de uma presunção “juris tantum”, ou seja, admite prova contrária, portanto, cabendo ao contribuinte comprovar a improcedência da presunção. Em sua defesa, o autuado limita-se a alegar, de forma genérica, de que não teria praticados a infração apontadas, porém, não indicou nenhum erro ou falha nos levantamentos realizado pelo auditor e, também, não apresentou qualquer elemento de prova para elidir a presunção.

Ressalto, com fulcro no § 5º, do art. 123, do RPAF/99, que a prova documental deveria ter sido apresentada na impugnação, precluindo o direito do impugnante fazê-la em outro momento processual, a menos que fique demonstrada a impossibilidade de sua apresentação oportuna, por motivo de força maior; se refira a fato ou direito superveniente ou se destine a contrapor fatos ou razões posteriormente trazidos aos autos, fato que não foi demonstrado pela defesa.

Assim, entendo que a Infração 01 restou caracterizada.

Em relação à Infração 02, o autuado não apresentou qualquer documento para comprovar que teria escriturado as notas fiscais, apesar de ser bastante simples a produção de prova da escrituração, bastando tão somente juntar cópia do seu livro Registro de Entradas.

Devo ressaltar, com base no art. 143, do RPAF, que a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal.

Desta forma, entendo que a referida Infração encontra-se devidamente comprovada.

Saliento que os fatos geradores das Infrações 01 e 02 ocorreram em datas distintas. Ademais as notas fiscais consignadas na Infração 02, não foram objeto de inclusão na Auditoria de Caixa (Infração 01), sendo possível a cobrança do imposto sobre ambas.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **017903.0801/03-7**, lavrado contra **NORDESTE COMESTÍVEIS LTDA.** devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$17.476,04**, acrescido da multa de 70%, previstas no art. 42, III, da Lei nº 7.014/96, e demais acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de novembro de 2003.

ANTÔNIO AGUIAR DE ARAÚJO - PRESIDENTE

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - RELATOR

ÁLVARO BARRETO VIEIRA - JULGADOR